

Parceria para Governo Aberto

Open Government Partnership - OGP

**Devolutiva à consulta pública relativa ao
Relatório de Autoavaliação Intermediário**

2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto

Brasília
Março, 2015



1. O que é a Devolutiva?

O Relatório de Autoavaliação Intermediário do 2º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto esteve em consulta pública entre os dias 9 de dezembro de 2014 e 25 de janeiro de 2015, quando qualquer cidadão teve a possibilidade de realizar comentários, opinar e solicitar esclarecimentos acerca do andamento de cada um dos 52 compromissos assumidos no 2º Plano de Ação do Brasil no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*).

Esta Devolutiva apresenta as respostas dos órgãos do Governo Federal envolvidos nos compromissos para cada um dos 27 comentários recebidos na fase de consulta pública, de forma a esclarecer os pontos levantados pela sociedade em todos os temas solicitados. A íntegra do documento que foi submetido à consulta bem como as interações dos cidadãos a seu respeito encontram-se na [comunidade de governo aberto do portal Participa.br](#)

2. A Devolutiva aos comentários

Uma vez finalizada a etapa de consulta pública, todos aqueles compromissos que receberam comentários foram reanalisados com base nas manifestações recebidas. Entre os comentários dos cidadãos, havia algumas sugestões e questionamentos específicos a respeito de compromissos, que foram analisados caso a caso com a equipe executora das iniciativas.

Outra parcela dos comentários continha manifestações gerais a respeito do compromisso, apreciações e avaliações pessoais da importância da iniciativa no contexto nacional. Tais manifestações, por não apresentarem questionamentos ou sugestões, não exigiram a produção de comentários por parte dos órgãos. No entanto, todas elas estão listadas ao final deste documento.

O Governo Federal e a Controladoria-Geral da União agradecem a contribuição dos cidadãos e reconhecem o valor da participação enquanto ponto indispensável para a execução e aprimoramento das ações da OGP no Brasil.

2.1. Secretaria de Políticas para as Mulheres

Compromisso: (5.2) SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

“POLÍTICA NACIONAL PARA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES”	
Autor	João Batista Cavalcanti
Íntegra	<i>Compromisso (5.2) precisa ser efetivado pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as mulheres.</i>
Devolutiva ao Comentário	<p><i>O compromisso de criação de um sistema para coleta e armazenamento de informações padronizadas sobre a execução de políticas públicas relacionadas à execução da Lei Maria da Penha tem sido norteador para a Secretaria de Políticas para as Mulheres de modo a estar previsto Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de estar previsto para a Casa da Mulher Brasileira e na ampliação da Central de Atendimento à Mulher, conforme resposta acima.</i></p> <p><i>Obs: Após a fase de devolutiva, a SPM enviou informações atualizadas a respeito do andamento do compromisso, que constam na versão final do relatório e também na página do compromisso no link: http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/2o-plano-de-acao-brasileiro/secretaria-de-politicas-para-as-mulheres/sistema-de-informacoes-sobre-a-lei-maria-da-penha</i></p>

2.2. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Compromisso: (2.14) PROPOSTA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS SISTEMAS GOVERNAMENTAIS EM FORMATOS DE DADOS ABERTOS

“Dados abertos fortalecendo a transparência da gestão pública”	
Autor	João Batista Cavalcanti
Íntegra	<i>Todos os entes federados devem convocar a sociedade civil para participar da elaboração dos seus planos de dados abertos.</i>
Devolutiva ao Comentário	<p>Agradecemos a sua contribuição. Entretanto, uma vez que o pacto federativo da Constituição não lhe outorga autoridade sobre outros entes federados, o que o Ministério do Planejamento pode fazer nesse sentido é convocar a sociedade civil para participar da elaboração do seu próximo Plano de Dados Abertos, liderando assim como um exemplo, bem como orientar que os demais Ministérios também o façam.</p>

Compromisso: (2.12) DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE ABERTURA DE DADOS PÚBLICOS JUNTO A GOVERNOS LOCAIS

“Destacar as ações realizadas pelos Governos locais para o cumprimento desta ação”

Autor Thiago José Tavares Ávila

Íntegra *Recomendo que no relatório conste nominalmente os Governos Locais que desenvolveram ações voltadas ao cumprimento desta ação, independente do apoio direto ou indireto do MPOG. Segundo a OKFN, temos diversos governos locais implementando infraestruturas de dados Abertos, como Recife, Rio de Janeiro e nosso caso, aqui em Alagoas. Seria relevante levantar quais ações voltadas para a disseminação do Governo Aberto foram realizadas, como os concursos de aplicativos, Maratonas de desenvolvimento de software, etc.*

No mais, solicito que seja destacada a iniciativa de Alagoas, na reformulação do Portal Alagoas em Dados e Informações, disponível em dados.al.gov.br como um Portal de Dados Abertos e lançado em outubro/2014. Foi desenvolvida toda uma infraestrutura de produção, publicação e disseminação de Dados Abertos sobre Alagoas e seus municípios.

Gostaríamos que também fosse listado a realização do I Concurso Apps.Gov - SBTI 2014, durante os meses de agosto à outubro/2014 e que visou estimular o desenvolvimento de aplicativos que utilizam Dados Governamentais. O concurso teve dimensão nacional e sua etapa final realizado durante o III Simpósio Brasileiro de Tecnologia da Informação - SBTI, em Maceió/AL no mês de outubro. O Concurso teve como organizadores o Instituto Federal de Alagoas - IFAL, a Universidade Federal de Alagoas - UFAL, e o Governo do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE, da Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e do Instituto de Tecnologia em Informática e Informação - ITEC/AL.

Devolutiva ao Comentário **O relatório foi atualizado com as suas considerações. Segue abaixo nova versão do relatório de acompanhamento da ação:**

Novembro de 2013 – Realização do II Encontro Nacional de Dados Abertos. Evento realizado, informações podem ser verificadas em seu sítio: <http://2.encontro.dados.gov.br/>

Novembro de 2013 – Promoção de concurso de aplicativos que utilizem dados abertos governamentais. Concurso realizado, lista de vencedores no dados.gov.br: <http://dados.gov.br/noticia/conheca-os-vencedores-do-concurso-nacional-de-dados-abertos/>

Outubro de 2013 – Divulgação do novo ambiente do Portal de Dados Abertos para inserção de conteúdos de outras esferas governamentais. O ambiente do Portal dados.gov.br foi estruturado para receber as outras experiências de governo. <http://dados.gov.br/harvest>

Mai de 2014 – Publicação do Manual para Elaboração de Planos de Dados Abertos. <http://www.planejamento.gov.br/editoria.asp?p=editoria&index=115&ler=c820>

Junho de 2014 – Palestra na Trilha de Dados Abertos do Comitê Gaúcho de Dados Abertos;

Palestra em evento "Diálogo sobre políticas para abertura de dados governamentais" promovido pela Secretaria de Transparência e Controle do governo do DF

Agosto de 2014 – Palestra no Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública

(CONIP) - São Paulo

Setembro de 2014 – Publicação da primeira versão do Kit para Dados Abertos.
[Http://kit.dados.gov.br](http://kit.dados.gov.br);

Participação no WebBr

Outubro de 2014 – Palestra no Simpósio Brasileiro de Tecnologia da Informação (SBTI) 2014 – Alagoas;

Apoio à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE) do governo de Alagoas na elaboração do concurso de dados abertos Apps.Gov – SBTI 2014

Novembro de 2014 – Palestra e curso no Encontro Anual de Tecnologia da Informação (EATI) - Rio Grande do Sul;

Palestra e painel no Linked Open Data Brasil (LODBrasil) 2014 – Santa Catarina.

2.3. Ministério das Comunicações

Compromisso: (3.5.) PROJETO CIDADES DIGITAIS

PAC2	
Autor	Adriana Veloso Meireles
Íntegra	<i>O projeto cidades digitais poderia ser implantado juntamente com outras obras de infra estrutura do PAC2, como por exemplo o Programa de Centros das Artes e dos Esportes Unificados (CEU) do Ministério da Cultura e outros parceiros. Assim, além de unir esforços do governo federal muitas das etapas previstas poderiam ser executadas de forma conjunta.</i>
Devolutiva ao Comentário	<i>O comentário é pertinente. Diversas ações do PAC poderiam ser integrada e por esta razão o assunto foi encaminhado para a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento.</i>

Anexo: Listagem de comentários realizados durante período de consulta pública



Órgão Responsável	Compromisso	Autor	Comentários
Secretaria-Geral da Presidência da República	(1.10) Implantação de Metodologia de Participação Social no Monitoramento do PPA na Elaboração do Orçamento Público Federal	João Batista Cavalcanti	<i>O Fórum Interconselhos é uma metodologia de sucesso para modernizar uma gestão pública democrática e com a participação social.</i>
Secretaria-Geral da Presidência da República	(1.11) Implementação do Sistema de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais	João Batista Cavalcanti	<i>Com a aprovação do Decreto 8243/2014 foi possível avançar na implementação da mesa de monitoramento das demandas sociais, que vai contribuir para o fortalecimento do Sistema Nacional de Participação Social.</i>
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	(1.13) Incentivo à Adesão de Estados e Municípios aos Quatro Princípios da OGP	João Batista Cavalcanti	<i>O Compromisso (1.13) tem como objetivo a adesão dos municípios brasileiros aos princípios OGP na gestão pública municipal.</i>
Ministério da Educação	(1.5) Geração de Conhecimento e Capacitação de Parceiros Gestores e Operadores de Recursos Públicos Educacionais e de Conselheiros de Controle Social	João Batista Cavalcanti	<i>Com esta ação vai ser modernizada a gestão pública no Brasil, fazendo com que os recursos do FNDE sejam bem aplicados na educação pública.</i>
Ministério da Educação	(1.6) Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares	João Batista Cavalcanti	<i>O Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares é uma ação importante para o empoderamento dos conselheiros, e aprimoramento da gestão democrática nas escolas públicas.</i>
Ministério da Integração Nacional	(1.7) Construção de Painel Unificado de Informações Sobre os Dados de Execução Do Programa Água para Todos, com Acesso Público e Interativo Via Web	João Batista Cavalcanti	<i>O compromisso (1.7) é uma ação importante do Ministério da Integração Nacional, onde podemos acompanhar a efetivação do Programa Água para todos/as.</i>
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	(2.11) Abertura dos Dados da Execução do Orçamento da União e das Compras Governamentais	João Batista Cavalcanti	<i>O OP contribui para a democratização das informações sobre o orçamento da União e das compras governamentais.</i>

Órgão Responsável	Compromisso	Autor	Comentários
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	(2.12) Disseminação da Cultura de Abertura de Dados Públicos junto a Governos Locais	Thiago José Tavares Ávila	<p><i>Recomendo que no relatório conste nominalmente os Governos Locais que desenvolveram ações voltadas ao cumprimento desta ação, independente do apoio direto ou indireto do MPOG. Segundo a OKFN, temos diversos governos locais implementando infraestruturas de dados Abertos, como Recife, Rio de Janeiro e nosso caso, aqui em Alagoas. Seria relevante levantar quais ações voltadas para a disseminação do Governo Aberto foram realizadas, como os concursos de aplicativos, Maratonas de desenvolvimento de software, etc.</i></p> <p><i>No mais, solicito que seja destacada a iniciativa de Alagoas, na reformulação do Portal Alagoas em Dados e Informações, disponível em dados.al.gov.br como um Portal de Dados Abertos e lançado em outubro/2014. Foi desenvolvida toda uma infraestrutura de produção, publicação e disseminação de Dados Abertos sobre Alagoas e seus municípios.</i></p> <p><i>Gostaríamos que também fosse listado a realização do I Concurso Apps.Gov - SBTI 2014, durante os meses de agosto à outubro/2014 e que visou estimular o desenvolvimento de aplicativos que utilizam Dados Governamentais. O concurso teve dimensão nacional e sua etapa final realizado durante o III Simpósio Brasileiro de Tecnologia da Informação - SBTI, em Maceió/AL no mês de outubro. O Concurso teve como organizadores o Instituto Federal de Alagoas - IFAL, a Universidade Federal de Alagoas - UFAL, e o Governo do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE, da Controladoria Geral do Estado - CGE/AL e do Instituto de Tecnologia em Informática e Informação - ITEC/AL.</i></p>
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	(2.13) Tecnologias De Suporte e Modelos de Licenciamento para a Publicação de Dados Abertos	João Batista Cavalcanti	<p><i>A tecnologia é essencial para o avanço da política pública de dados abertos, que vai contribuir para a modernização, transparência e eficiência da gestão pública.</i></p>

Órgão Responsável	Compromisso	Autor	Comentários
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	(2.14) Proposta de Disponibilização de Informações dos Sistemas Governamentais em Formatos de Dados Abertos	João Batista Cavalcanti	<i>Todos os entes federados devem convocar a sociedade civil para participar da elaboração dos seus planos de dados abertos.</i>
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	(2.14) Proposta de Disponibilização de Informações dos Sistemas Governamentais em Formatos de Dados Abertos	João Batista Cavalcanti	<i>O Decreto s/nº de 15 de setembro de 2011, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, o qual estabelece o compromisso do governo de implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), com este marco legal foi possível avançar com a cultura de dados abertos na gestão pública.</i>
Secretaria-Geral da Presidência da República	(2.19) Publicação de Recomendações sobre Realização de Audiências Públicas como Referência Para o Governo	João Batista Cavalcanti	<i>As audiências públicas são essenciais para o fortalecimento da participação social, contribuindo para ampliar cada vez mais em nosso país a democracia participativa.</i>
Secretaria-Geral da Presidência da República	(2.20) Auditorias Participativas nas Obras das Cidades-Sede da Copa do Mundo Fifa 2014	João Batista Cavalcanti	<i>A transparência foi fundamental na construção das arenas da copa do mundo da FIFA</i>
Secretaria de Direitos Humanos	(2.21) Indicadores Municipais de Cidadania, participação e Direitos Humanos – Ferramenta Estratégica para a Avaliação da Gestão Municipal Participativa	João Batista Cavalcanti	<i>O Compromisso (2.21) contribui para o monitoramento das ações municipais, para promover a cultura de direitos humanos em todos os municípios brasileiros.</i>
Ministério da Educação	(2.8) Dados Educacionais Abertos	João Batista Cavalcanti	<i>Os dados educacionais abertos contribuem para a melhoria da educação pública no Brasil.</i>
Ministério da Justiça	(2.9) Aprimoramento da Transparência dos Dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC)	João Batista Cavalcanti	<i>O SINDEC vai contribuir para o reconhecimento dos direitos do consumidor.</i>

Órgão Responsável	Compromisso	Autor	Comentários
Ministério das Comunicações	(3.5.) Projeto Cidades Digitais	Adriana Veloso Meireles	<i>O projeto cidades digitais poderia ser implantado juntamente com outras obras de infra estrutura do PAC2, como por exemplo o Programa de Centros das Artes e dos Esportes Unificados (CEU) do Ministério da Cultura e outros parceiros. Assim, além de unir esforços do governo federal muitas das etapas previstas poderiam ser executadas de forma conjunta.</i>
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	(3.6) SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial	João Batista Cavalcanti	<i>A promoção da igualdade racial é ação primordial para ser fortalecida pelo SINAPIR.</i>
Secretaria-Geral da Presidência da República	(3.7) Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Participação Social nas Políticas Públicas	João Batista Cavalcanti	<i>Estive participando da Arena da Participação Social, onde tivemos os representantes da sociedade civil de todo o Brasil presentes neste momento histórico, quando foi aprovado o Decreto 8243, de 23 de maio de 2014.</i>
Secretaria-Geral da Presidência da República	(3.8) Portal Brasileiro de Participação Social	João Batista Cavalcanti	<i>A implementação deste espaço democrático de participação social no ambiente virtual é essencial para o fortalecimento da democracia brasileira através da participação social.</i>
Ministério da Justiça	(3.9) Dados Abertos no Âmbito do Ministério Da Justiça	João Batista Cavalcanti	<i>Os dados abertos são essenciais para ampliar a transparência na gestão pública.</i>
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	(5.1) Monitoramento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN)	João Batista Cavalcanti	<i>O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, compromisso (5.1) contribui para acabar com miséria no Brasil.</i>
Secretaria de Políticas para as Mulheres	(5.2) Sistema de Informações sobre a Lei Maria da Penha	João Batista Cavalcanti	<i>Compromisso (5.2) precisa ser efetivado pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as mulheres.</i>

Órgão Responsável	Compromisso	Autor	Comentários
Secretaria-Geral da Presidência da República	(5.3) Elaboração De Processos para a Consulta Prévia da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho	João Batista Cavalcanti	<i>O resgate dos direitos dos povos quilombolas é essencial para o fortalecimento da cidadania plena.</i>
Secretaria de Direitos Humanos	(5.4) Reformulação dos Atuais Programas de Proteção	João Batista Cavalcanti	<i>O compromisso (5.4) Reformulação dos Atuais Programas de Proteção, é essencial para o aprimoramento das ações do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, em que os programas PROVITA, PPDDH E O PPCAAM, são essenciais para garantir os direitos humanos as pessoas em situação de risco.</i>
Ministério da Educação	Prestação de Contas Online de Recursos Para Educação No Âmbito Do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	João Batista Cavalcanti	<i>O acompanhamento online das aplicações do FNDE é essencial para o aprimoramento do controle social e da transparência no uso dos recursos públicos para a educação.</i>